

## Empregados domésticos com carteira assinada não chegam a 40% em todos os estados do Brasil

19/07/2012 - 10h15

Nacional

Carolina Sarres  
Repórter da Agência Brasil

Brasília – A formalização entre empregados domésticos não chega a 40% em nenhum dos estados brasileiros. Apesar dos dados do relatório *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um Olhar sobre as Unidades da Federação*, divulgado hoje (19) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicar que houve avanços na formalização dos trabalhadores do país – que **chegou a 53,6% entre 2003 e 2010** –, o acesso à proteção social, a benefícios e à Previdência não atingiu os trabalhadores domésticos – ocupação que inclui empregadas, diaristas, jardineiros, motoristas, entre outras funções.

São Paulo é o estado onde há o maior índice de formalização, com 38,9% dos trabalhadores domésticos com carteira assinada, seguido por Santa Catarina (37,6%) e Distrito Federal (37%). No Amazonas, no Ceará e no Piauí, o índice de formalização não atinge 10% dos empregados domésticos – 8,5%, 9,3% e 9,7%, respectivamente.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), usados pela OIT no estudo, há 6,9 milhões de trabalhadores domésticos entre 16 e 64 anos no Brasil, dos quais cerca de 93% são mulheres – o que corresponde a 6,4 milhões de pessoas. Desse total, 61,9% são negras.

José Roberto da Silva, 40 anos, trabalha há 25 anos e não teve carteira assinada por 15 anos. Segundo ele, sua formalização foi feita por meio do incentivo dos patrões.

“Trabalhar dentro do que a lei garante traz mais conforto, segurança e a garantia de um trabalho mais digno, com aposentadoria. Todos os trabalhadores deveriam buscar emprego com carteira assinada”, disse José Roberto.

De acordo com a diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo, constata-se que os trabalhadores domésticos não têm os mesmos direitos que o conjunto dos outros trabalhadores assalariados do país.

“Houve aumento de formalização entre esses empregados, mas em ritmo inferior ao restante do mercado de trabalho”, informou Laís.

Desde 2010, tramita no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10, a PEC das Domésticas, que tem o objetivo de reduzir a informalidade no setor e ampliar o direito dessas trabalhadoras.

De acordo com a proposta, os empregados deverão ter direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), limitação de jornada de trabalho, recebimento de hora extra e adicional noturno, férias, décimo terceiro salário, entre outros benefícios. A PEC ainda não foi aprovada porque não houve definição quanto ao número de dias de trabalho que caracterizarão o vínculo empregatício, o que atinge especialmente os empregados diaristas.

Edição: *Lilian Beraldo*

[Laís Abramo](#) [Nacional](#) [OIT](#) [brasil](#) [empregadas domésticas](#) [emprego](#) [estados](#) [formalização](#) [trabalho decente](#)

» Leia também:

### ÚLTIMAS NOTÍCIAS

18h26 [Justiça](#)

Força Nacional pode reforçar segurança durante julgamento do mensalão

17h30 [Saúde](#)

Mulheres que fizeram redução de estômago podem ter bebês com baixo peso e problemas de saúde

17h06 [Saúde](#)

Detentos ajudam na produção de plantas medicinais no Distrito Federal

16h13 [Justiça](#)

CNJ concede novo prazo para tribunais de Justiça de quatro estados divulgarem salários

15h37 [Cidadania](#), [Justiça](#)

Comissão da Verdade investigará crimes cometidos contra índios na ditadura militar

### NOTÍCIAS DO MESMO DIA

23h45 [Internacional](#)

"Impossível pôr os pés na rua com tantos tiros", diz embaixador brasileiro na Síria

22h33 [Justiça](#)

Governo quer rapidez nas investigações sobre assassinato de policial federal

21h36 [Economia](#)

Petrobras anuncia aprovação de contratos para construção de plataformas do pré-sal